

REQUERIMENTO

(SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE ICMS NA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA, VISUAL, MENTAL, SÍNDROME DE DOWN OU COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA)

I - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME:	CPF		
ENDEREÇO (RUA, AV, PRAÇA ETC.)	Nº	COMPLEMENTO	
MUNICÍPIO	CEP	TELEFONE	E-MAIL

II - DADOS DO VEÍCULO:

MARCA/MODELO / TIPO / CODIFICAÇÃO	POTÊNCIA	VALOR DO VEÍCULO (R\$)
-----------------------------------	----------	------------------------

III - O solicitante acima identificado e, de acordo com os documentos anexados, vem requerer o benefício previsto no art. 16 do Anexo 001 do Decreto Estadual nº 31.825, de 18 de agosto de 2022, para aquisição do automóvel segundo as condições ali estabelecidas.

IV - DECLARAÇÃO:

DECLARO estar ciente de que a confirmação do envio deste requerimento implica na desistência de eventual processo administrativo anterior que trate do mesmo objeto e, sob as penas da lei, que:

- a) não sofreu sanção ou condenação criminal cuja penalidade seja a proibição de receber benefícios fiscais;
- b) possui disponibilidade financeira ou patrimonial compatível como valor do veículo a ser adquirido com isenção de ICMS;
- c) não adquiri veículo com isenção de ICMS nos últimos 4 (quatro) anos, nesta ou em outra Unidade da Federação, de acordo com o art. 16, § 17, do Anexo 001 do Decreto nº 31.825/2022.
- d) não utilizei a Autorização de isenção de IPI apresentada neste requerimento para aquisição de outro veículo.
- e) Declaro ainda, estar ciente de que uma declaração falsa pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, (Código Penal) in verbis:

“Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.”

Nestes termos, pede deferimento.

_____, em ____/____/____

Local e data

Assinatura: () beneficiário () representante legal

Observação 1: anexar documentos de identificação do procurador, se for o caso.

Observação 2: pessoas com deficiência visual ou analfabetas devem proceder à assinatura própria ou a rogo, mediante leitura do documento na repartição fiscal ou conceder procuração pública, de acordo com art. 654, c/c o art. 215, § 2º, do Código Civil.